

**Ata da 2ª (segunda) reunião ORDINÁRIA do ano de 2026 do Comitê de Investimentos
do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Hortolândia –
HORTOPREV**

Aos vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às nove horas, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Hortolândia, nomeados pela **Portaria nº 076/2024**, a saber o Sr. **Leonardo Dell Antonio Facchini** – representante do HORTOPREV, o Sr. **Agnaldo Messias Rodrigues** – representante do HORTOPREV, o Sr. **Cristiano Rezende Penha** – representante da Secretaria Municipal de Finanças e o Sr. **Hélio Soares de Oliveira** - representante da Secretaria Municipal de Finanças, na sede do HORTOPREV em sua sala de reuniões, na Rua Alda Lourenço Francisco, nº 160, Remanso Campineiro, Hortolândia/SP. Participaram como ouvintes os suplentes Carolina Saraiva Leal, bem como membros da Diretoria Executiva, Célia Regina de Freitas Pereira e Maria Luisa Denadai. O membros verificaram que a reunião conta com quórum para instalação e deram abertura aos trabalhos. Realizaram a leitura da pauta e relatórios de matérias submetidas para apreciação do colegiado, passando a discussão e deliberação dos itens de pauta.

1) Análise dos relatórios de janeiro de 2026: Os membros realizaram a leitura do último relatório mensal produzido pela Consultoria Financeira LDB Empresas / i9Advisory, disponibilizado no site oficial da autarquia. No relatórios, avaliaram os seguintes pontos:

a. Rentabilidade dos investimentos: O comitê analisou a rentabilidade da carteira por categoria de investimentos, por categoria:

- i. Títulos públicos:** Em janeiro, os títulos públicos no agregado resultaram em um retorno no período de 0,82%, resultado acima da meta atuarial de 0,80%. Os ativos na curva comportaram-se conforme esperado, contudo, os ativos a mercado renderam 0,38% no mês, puxando para uma rentabilidade agregada próxima a da meta.
- ii. Fundos exclusivos de títulos de públicos:** Esta classe de ativos superou a meta atuarial no mês, com resultado agregado de 1,09%. Resultados bons no agregado com destaque para os IRF-M1 que renderam 1,18%.
- iii. Fundos de ações:** Os fundos de ações no agregado tiveram um resultado forte novamente, com retorno mensal de 9,22% superando a meta atuarial com folga.

- iv. Investimentos no exterior:** No mês, os investimentos no exterior, de forma agregada, não superaram a meta atuarial e obtiveram resultado de -3,23%. Os resultados ruins devem-se também à queda do dólar no mês, que saiu dos patamares de 5,48 para 5,25 (-4,02%). Estrategicamente, reitera-se movimentos de correlação inversa com ativos como IMA-B e IBOVESPA no dólar, ou seja, tal retorno é o esperado para esta categoria de ativos.
- v. Demais investimentos:** Quanto aos demais investimentos do instituto, cuja proporção na carteira é pequena, cumpriu destacar que a maioria teve retornos negativos no período, e que a maioria segue categorizada como fundo ilíquido, cujo processo de desinvestimento é exógeno à vontade do instituto.
- b. Enquadramento da carteira à política de investimentos:** Como sempre orientado por este comitê, o objetivo de alocação é buscado sempre de forma gradual, visando aproveitar os melhores momentos de mercado, considerando a estrutura burocrática da autarquia, cujas movimentações sofrem diversas análises e aprovações antes de qualquer operação, para a própria segurança da autarquia. Este movimento deve ser contínuo. O membro Leonardo destaca e reforça que mediante a divulgação da Resolução CMN 5.272/2025, é necessário que o instituto tome medidas de adequação de sua carteira aos limites da nova resolução e da política de investimentos, bem como ressalta a necessidade imperiosa de observância deste comitê quanto a adequação à norma e às Resoluções CMN.
- c. Atingimento da meta atuarial:** No mês de janeiro o instituto superou a meta, com retorno acumulado de 1,51% contra uma meta de 0,80%.
- d. Risco dos investimentos:** A análise de risco detalhada no relatório emitido pela consultoria trata basicamente do risco de mercado, que está dentro dos limites da política de investimentos, sendo no fechamento do ano:
- i. Risco de mercado (*value-at-risk*):**
- i. Carteira total: 1,28% contra um teto de 10%;
 - ii. Renda fixa: 0,38% contra um teto de 7,5%;
 - iii. Renda variável: 10,91% contra um teto de 17,5%;
 - iv. Multimercados: 0,06% para multimercados contra um teto de 17,5%;

v. Exterior: 5,86% contra um teto de 7,5%;

- ii. **Risco de crédito:** Quanto ao risco de crédito, reitera-se que a exposição do HORTOPREV é mínima e restrita a ativos ilíquidos que são exógenos à ação direta do instituto, sendo menor que 1% da carteira.
- iii. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez também se mostra controlado, com 38,29% da carteira podendo ser resgatada em até 30 dias e com exposições imobilizadas em títulos públicos marcados na curva com o devido respaldo de estudo de gerenciamento de ativos e passivos.

Por fim, todos os membros do comitê de investimentos emitiram de forma unânime **parecer favorável** aos relatórios, que na ótica do colegiado apresenta adequadamente a posição, rentabilidade e riscos dos investimentos no referido mês. Tal relatório deve ser encaminhado ao Conselho Fiscal para avaliação e aprovação, nos termos do Pró-Gestão RPPS.

2) Avaliação dos contextos que impactam a carteira de investimentos: O comitê então se debruçou sobre os contextos atuariais, financeiros, orçamentários, econômicos e normativos que podem impactar decisões de investimentos presentes e futuras.

- a. **Contexto orçamentário:** Nos aspectos orçamentários, observa-se continuidade no padrão de receitas e despesas do instituto, bem como nas folgas de recursos decorrentes de sua execução financeira, sem que alterações drásticas viessem a alterar a estratégia de investimentos traçada. Desta forma, a evolução do orçamento do HORTOPREV segue de forma benigna, dentro das expectativas previstas até o presente momento. Ainda, como se está no primeiro mês da execução, ainda é necessário maiores dados para acompanhar a evolução do orçamento em 2026.
- b. **Contexto atuarial:** No aspecto atuarial, o comitê ainda aguarda o estudo atuarial com data base de 2025, que está em andamento e será disponibilizado ao comitê nos próximos meses, conforme informa a Diretoria do instituto. Não obstante, o comitê tem ciência de que há possibilidade de alteração do quadro do passivo do instituto, tendo em vista potencial inclusão dos custos e receitas da geração futura nos próximos estudos atuariais, fato este que pode alternar a duração do passivo do fundo previdenciário, bem como ensejar compra de vidas e mudança da relação superávit/déficit dos fundos de capitalização e

repartição. Neste sentido, decisões de imobilização devem ser tomadas com cautela.

- c. **Contexto financeiro:** Os fluxos de caixa dos investimentos não se alteraram desde a última reunião, considerando que não ainda não houve alterações no passivo do instituto, na forma de equalização do déficit, ou demais aspectos relevantes, especialmente ao fundo em capitalização (fundo que concentra quase que a totalidade dos investimentos do HORTOPREV). Como já citado, um novo estudo atuarial e ALM podem alterar o contexto dos fluxos financeiros de curto e longo prazo, a serem avaliados com cautela por este colegiado. Prospectivamente, o comitê adota uma postura cautelar quanto aos fatos relatados no contexto atuarial, uma vez que impactam os fluxos financeiros de curto e longo prazo. Ressalta o grupo que não se consegue prever ao certo os reflexos de mudanças no passivo atuarial, mas que é imperioso que a diretoria, em conjunto com este comitê, ao tomar posse das projeções atuariais em conjunto com o estudo ALM, adequem a estrutura de fluxos de caixa à nova realidade em concomitância com a adequação à Resolução CMN 5272/2025 e os objetivos da política atuarial (cumprimento da meta com segurança).
- d. **Contexto macroeconômico:** No Brasil, com base nas projeções de mercado observadas principalmente pelo boletim FOCUS, o primeiro bimestre de 2026 consolidou um cenário de manutenção restritiva, mas com sinais de arrefecimento na inflação de curto prazo. Em termos gerais, o IPCA de janeiro registrou variação de 0,33%, acumulando 4,44% nos últimos 12 meses. A trajetória é considerada benigna, com as projeções do Relatório Focus (23 de fevereiro de 2026) recuando para 3,91% ao final do ano. Mantendo o ritmo, na reunião de 28 de janeiro, o Copom manteve a taxa básica (SELIC) em 15,00% a.a., portanto, sustenta-se ainda juros reais elevadíssimos e uma contração monetária pesada. Futuramente, o mercado sinaliza o início de um ciclo de cortes para março de 2026, com expectativa de fechamento do ano em 12,13% a.a. As estimativas para o crescimento do PIB em 2026 foram revisadas levemente para cima, situando-se em 1,82%, refletindo uma atividade interna ainda aquecida, apesar dos juros reais elevados. O dólar projeta encerramento de 2026 em R\$ 5,45, influenciado por incertezas fiscais domésticas e pelo diferencial de juros. No exterior, pululam notícias sobre as mudanças no tarifaço estadunidense decorrente da decisão da suprema corte daquele país determinando que a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA) não autoriza o presidente Donald Trump a impor tarifas unilateralmente. Como reação, o presidente estadunidense invocou uma nova

base legal elevando tarifas para 15%. Segundo divulgado pela grande mídia, o Brasil é um dos países mais beneficiados com tal alteração com uma redução média de tarifas de 13,6% (a fonte referenciada nas notícias que gerou tais informações é a Global Trade Alert).

- e. **Contexto normativo:** No contexto normativo, permanece ainda a discussão ao redor do reequilíbrio da carteira frente à Resolução CMN 5272/2025. Nenhuma outra alteração foi observada que seja digno de nota neste mês.

3) Propostas de investimentos: Com a fala, o membro Leonardo destaca que como a votação de duas das três medidas propostas na reunião de janeiro tenham sido derrubadas, não reiterará as propostas anteriores tendo em vista a possibilidade do resultado recorrente. Contudo, reitera seu posicionamento frente ao Comitê quanto a necessidade de realocação da carteira em direção gradual ao enquadramento total, sob os mesmos argumentos apresentados anteriormente e aguarda dos demais membros deste comitê uma proposta de adequação da carteira à política de investimentos e nova Resolução. O Sr. Agnaldo, com a palavra, propõe que a proposta da reunião anterior, de 26/01/2026, quanto aos fundos de investimentos no exterior, relatada nos itens 2.a daquela ata, seja retomada para discussão, para fins de adequação à nova resolução. O membro Agnaldo, portanto, mudaria seu voto de “rejeitado” para “aprovado”, o que implicaria em maioria dos membros para aprovação reiterando todos os argumentos abordados na última reunião com se aqui transcrito fosse. Como o cronograma precisaria ser adequado a um novo prazo, propõe:

- **Março de 2026:** Resgate dos 1/2 (aproximado) do fundo SCHRODER SUSTENTABILIDADE AÇÕES GLOBAIS FICFIA IE, com destino dos recursos ao fundo CAIXA BRASIL IRF-M TP FIF RF LP – LTDA;
- **Abril de 2026:** Resgate dos 1/2 faltantes do fundo MS GLOBAL OPPORTUNITIES ADVISORY FIC FIA IE, com destino dos recursos ao fundo CAIXA BRASIL IRF-M TP FIF RF LP – LTDA;
- **Maio de 2026:** Resgate de 1/2 (aproximado) do fundo SCHRODER SUSTENTABILIDADE AÇÕES GLOBAIS FICFIA IE, com destino dos recursos ao fundo CAIXA BRASIL IRF-M TP FIF RF LP – LTDA;
- **Junho de 2026:** Resgate dos 1/2 faltantes do fundo MS GLOBAL OPPORTUNITIES ADVISORY FIC FIA IE, com destino dos recursos ao fundo CAIXA BRASIL IRF-M TP FIF RF LP – LTDA.

Em votação, o Sr. Cristiano votou favorável, principalmente pela manutenção da coerência de suas arguições já relatadas em diversas reuniões anteriores, especialmente após a

posse de Donald Trump, cujo rendimento em ativos no exterior tem sido medianos ou ruins. O Sr. Leonardo consigna que ao acatar esta estratégia de resgate dos investimentos no exterior, o risco dos fundos de ações se elevam, uma vez que o contraponto da correlação inversa dos ativos atrelados ao dólar deixa de existir. Desta forma, o risco Brasil (ou bolsa Brasil) é maior para a carteira em agregado e o comitê deverá também rever seus posicionamentos estratégicos quanto a seus fundos de ações. Ainda assim, entende que o movimento em direção ao enquadramento da Resolução CMN 5.272/2025, acrescido dos demais argumentos da reunião anterior, ainda compensa e, portanto, vota favoravelmente. O Sr. Hélio votou contrário, mantendo os argumentos já detalhados nas reuniões anteriores, em especial a iminência de elaboração do estudo atuarial, que trará luz a aspectos do passivo do instituto, bem como em sequência a elaboração do estudo de gerenciamento de ativos e passivos (ALM), que pode subsidiar melhor as decisões deste colegiado. Não menos importante, o membro Hélio destaca que observa esforços constantes do instituto para obtenção do pró-gestão nível III, como, por exemplo, a notícia de contratação de consultoria para atuação. Considerando ainda a questão histórica da política de investimentos, relacionada a correlação estratégica dos fundos que requer uma diversificação racional da carteira, que se mostrou positiva tendo em vista os resultados da carteira dos últimos três anos. Logo, com maioria dos membros, a proposta foi **aprovada**.

- 4) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Esta ata foi redigida sumariamente por membro do Comitê de Investimentos, Sr. Leonardo Dell Antonio Facchini, e assinada por todos os membros deste Comitê e seguirá para publicação no Diário Oficial de Hortolândia.

Leonardo Dell Antonio Facchini
Comitê de Investimentos - HORTOPREV
CP RPPS CGINV III

Cristiano Rezende Penha
Comitê de Investimentos – PMH/SMF
CP RPPS CGINV II

Hélio Soares de Oliveira

Comitê de Investimentos – PMH/SMF

CP RPPS CGINV I

Agnaldo Messias Rodrigues

Comitê de Investimentos - HORTOPREV

CP RPPS CGINV I